



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

AVISO DE DISPENSA Nº 29/2024.

Torna-se público que a PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA, por meio do(a) Departamento de Licitações da Prefeitura de Corumbáiba-GO, realizará Dispensa, com critério de julgamento (menor preço), na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável, para contratação de empresa especializada visando aquisição de suplemento para nutrição enteral.

As propostas poderão ser encaminhadas para o sítio eletrônico licitacaopmcorumbaiba@gmail.com, ou pessoalmente, mediante protocolo na sede da Prefeitura Municipal de Corumbáiba, até as 17h do dia 22 de março de 2024.

Dúvidas poderão ser sanadas através do e-mail em epígrafe e pelo telefone 64 3447-7000.

FABRÍCIO SILVA DE DEUS
Presidente da Comissão de Licitações



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para aquisição de 200 unidades de Peptamen Junior, suplemento para nutrição enteral em pó, embalagem de 400g, destinado à doação para a menor Julia Pires Estrela, com o objetivo de atender às suas necessidades nutricionais específicas.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A menor Julia Pires Estrela necessita de um suplemento nutricional específico para garantir o adequado aporte de nutrientes, conforme prescrição médica/nutricional. O Peptamen Junior foi especificamente recomendado por profissionais da saúde devido às suas características nutricionais, que atendem às necessidades da menor, contribuindo para seu desenvolvimento e saúde.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO

Produto: Peptamen Junior.

Forma: Pó.

Embalagem: Lata de 400g.

Quantidade: 200 unidades.

Composição: Deve atender às necessidades nutricionais de crianças com distúrbios gastrointestinais ou necessidades nutricionais especiais, contendo proteínas, carboidratos, lipídios, vitaminas e minerais em quantidades adequadas.

Validade: Mínimo de 12 meses a contar da data de entrega.

3. DO PRAZO E DA FORMA DE PRESTAÇÃO DO ITEM

3.1. A Contratada deverá prestar os serviços contratados conforme ordens de fornecimento/requisições.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

3.2. O fornecedor deverá garantir a entrega do produto em condições adequadas de armazenamento e transporte, preservando a integridade e a qualidade nutricional do suplemento.

3.3. A entrega deverá ser realizada no endereço especificado pela administração, em data e horário a serem acordados, sem custos adicionais.

4. ITEM, QUANTITATIVOS E AVALIAÇÃO ESTIMADA DE CUSTOS

4.1. O custo estimado total da presente contratação, a ser apurado a partir da média com base em orçamentos colhidos de empresas especializadas e contrato com mesmo objeto formalizado pela administração

4.2. A descrição e o quantitativo do item, além do número correspondente a cada produto descrito, foi apurado com base no que determina a legislação.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Substituir, às suas expensas, imediatamente o produto/serviço de má qualidade e que não atenda o termo de referência constante do procedimento de dispensa de licitação;

5.2. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24hs (vinte e quatro horas) que antecede à data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5.3. Manter durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na dispensa de licitação;

5.4. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;

5.5. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

5.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto/serviço, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.7. A empresa deve estar em conformidade com todas as leis federais, estaduais e municipais aplicáveis à gestão de resíduos hospitalares. Isso inclui normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), como a RDC 222/2018 que regula o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, e normas do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA);



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

5.8. A empresa deve possuir todas as licenças ambientais necessárias para a coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos hospitalares.

6. DA EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas aqui avençadas e observados os termos do Termo de Referência, e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial, na forma do edital e da Lei 14.133/2021;

6.2. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Secretário Municipal de Administração, Infraestrutura e Planejamento, ou às suas ordens, na parte que os couber;

6.3. A existência e atuação da fiscalização pelo Contratante em nada restringe a responsabilidade integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne à execução do objeto ora contratado.

7. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. O Contratante obriga-se a:

7.1.1. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações decorrentes do contrato e da respectiva dispensa de licitação;

7.1.2. Efetuar os pagamentos trinta dias após a emissão de competente nota fiscal;

7.1.3. Emitir as ordens de fornecimento e encaminhá-la a contratada por qualquer meio idôneo, inclusive por meio de e-mail;

7.1.4. Receber o item, disponibilizando local, data e horário;

7.1.5. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta.

8. MEDIDAS ACAUTELADORAS

8.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1. A fiscalização da contratação será exercida pelo Diretor do Hospital Municipal, ou às suas ordens, na parte que os couber, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração;

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade ou vício de qualidade ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021;

9.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DA DOTAÇÃO

10.1. As despesas decorrentes da contratação serão adimplidas com recursos oriundos do Tesouro Municipal;

10.2. As despesas decorrentes da contratação correrão por conta de dotação orçamentária nº 10.301.0014.2.306.3.3.90.32-00

11. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Pelo descumprimento total ou parcial das condições estabelecidas neste contrato e no respectivo Termo de Referência da dispensa de licitação, o Contratante poderá aplicar à Contratada as seguintes penalidades, além da responsabilização civil e penal cabíveis, sem prejuízo do disposto na lei 14.133/2021:

11.1.1. Advertência em caso de atraso 10 (dez) dias na entrega do item solicitado;

11.1.1.1. A advertência de que trata o parágrafo anterior será aplicada apenas no primeiro atraso injustificado, a partir do segundo atraso serão aplicadas as sanções a seguir especificadas;

11.1.2. Multa de 20% (vinte por cento) **do valor total do serviço** não entregue, mais 5% (cinco por cento) por dia de atraso, limitado até trinta dias;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

11.1.2.1. A multa de que trata o parágrafo anterior será aplicada ainda que o atraso ocorra com um ou alguns produtos do pedido;

11.2. Após a aplicação de advertência e da multa, a próxima penalidade será a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos; e/ou Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

11.3. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra;

11.4. Aplicadas as multas, o Contratante poderá descontá-las no primeiro pagamento que fizer à Contratada.

Corumbáiba-GO, 04 de março de 2024.

SAULO GONÇALVES DA COSTA
Diretor Administrativo do Hospital Municipal